

- De acordo com o comando a que cada um dos itens a seguir se refira, marque, na **folha de respostas**, para cada item: o campo designado com o código **C**, caso julgue o item **CERTO**; ou o campo designado com o código **E**, caso julgue o item **ERRADO**. Para as devidas marcações, use a **folha de respostas**, único documento válido para a correção da sua prova objetiva.
- Eventuais espaços livres — identificados ou não pela expressão “Espaço livre” — que constarem deste caderno de prova poderão ser utilizados para anotações, rascunhos etc.

CONHECIMENTOS BÁSICOS

Acerca da posição da Constituição no direito, sua hermenêutica e suas instituições e de direitos fundamentais e comunicações, julgue os itens a seguir.

- 1 A Constituição é o que separa efetivamente o direito e a política, atribuindo ao Supremo Tribunal Federal o papel de seu guardião.
- 2 A liberdade de comunicação é gênero que inclui, entre outros, a liberdade de manifestação do pensamento e a liberdade de escolha dos meios de comunicação.
- 3 O Supremo Tribunal Federal embasou-se na liberdade de comunicação para decidir pela não recepção, pela Constituição Federal de 1988, da antiga Lei de Imprensa.
- 4 O acesso ao conteúdo tanto da comunicação telefônica como dos registros telefônicos exige decisão judicial.
- 5 O texto constitucional apresenta normas-regras que são preceitos nucleares que inspiram o comportamento ou a interpretação constitucional.

Julgue os próximos itens, relativos aos princípios da administração pública.

- 6 O princípio da impessoalidade é orientador das atividades da administração.
- 7 O princípio da legalidade — como direito fundamental e quando é aplicado à administração pública — apresenta-se como dois lados de uma mesma moeda, cunhada nas revoluções liberais do século XVIII e destinada a proteger o cidadão dos abusos do Estado.
- 8 A Constituição Federal de 1988, em sua redação original, previa como princípio da administração pública o da eficiência.

Com relação à distribuição de competências entre os entes federados, julgue os itens subsequentes.

- 9 O chefe do Poder Executivo federal tem o poder de dirigir a atuação da ANATEL, que integra a administração federal.
- 10 Mediante lei municipal, é legítima a cobrança de pagamento mensal das empresas prestadoras de serviços de telecomunicações pela utilização de bem público, ainda que não haja a extinção de direitos decorrente do uso do espaço público.

Julgue os itens subsecutivos, referentes à ordem econômica.

- 11 A exploração direta de atividade econômica pelo Estado, ressalvados os casos previstos na Constituição Federal de 1988, depende de lei.
- 12 As visões acerca do serviço de telecomunicações convergem para o entendimento de que, ainda que autorizado, esse tipo de serviço é considerado público.
- 13 A atual Constituição Federal nasceu sob um forte espírito de Estado liberal.

Julgue os itens seguintes, referentes aos aspectos da ordem social: comunicação social, cultura e ciência e tecnologia.

- 14 O prazo de outorga de rádio é de dez anos e o de televisão é de quinze anos, que somente não são renovados se houver votação nominal no Congresso Nacional nesse sentido, por, no mínimo, dois quintos de seus integrantes.
- 15 A Constituição Federal de 1988 permite que empresas jornalísticas e de radiodifusão tenham pessoas jurídicas como sócias, mas veda a participação de capital estrangeiro.

Com relação às abordagens relacionadas à teoria da regulação, julgue os itens a seguir.

- 16 A teoria normativa da regulação embasa-se em evidências empíricas e em achados históricos que conferem suporte à teoria econômica.
- 17 A análise da abordagem normativa da regulação centra-se na inclusão de toda complexidade do comportamento humano e das instituições políticas e econômicas.
- 18 A análise legislativa e o debate intrínseco às democracias modernas não são considerados elementos centrais na formulação teórica da abordagem normativa da regulação.
- 19 Para o bom funcionamento da abordagem positiva, os reguladores precisam ser dotados de elevado poder discricionário, com vistas a alcançar o ótimo de Pareto.
- 20 No modelo clássico, em que se precisa do ditador benevolente para se encontrar o máximo bem-estar social, não existe assimetria de informações.

No que se refere às teorias positiva e normativa da regulação econômica, julgue os itens que se seguem.

- 21 A teoria normativa rejeita a abordagem positiva da regulação econômica.
- 22 Na abordagem positiva, a eficiência econômica, ancorada nos teoremas de bem-estar social, é essencial para a proposição regulatória.
- 23 A teoria positiva rompe com o paradigma de racionalidade econômica do agente econômico.
- 24 A teoria positiva da regulação incorpora, em suas análises e proposições, os conceitos de assimetria de informação e de incerteza econômica.

Acerca da teoria da regulação, julgue os próximos itens.

- 25 Segundo a teoria da ação coletiva, o legislador assume o papel de assegurar o máximo de benefício aos consumidores.
- 26 O problema de *free-riders* (carona) tende a ocorrer, com maior frequência, em grupos maiores.
- 27 A teoria da demanda por regulação constitui a corrente dominante no debate econômico por ter apresentado, com sucesso, explicações para os achados empíricos.
- 28 Na teoria da demanda por regulação, a distinção de incentivos e interesses entre a agência reguladora e os legisladores não é elemento central da análise.
- 29 De acordo com a teoria da ação coletiva, quanto maior for o grupo de influência, menor será a possibilidade de sucesso da influência em termos regulatórios e de incremento de bem-estar.

No que tange ao modelo do principal-agente, julgue os itens subsequentes.

- 30 Na solução de *second-best*, o agente recebe um resultado monetário superior ao que ele receberia se a informação detida pelo principal fosse completa.
- 31 Os legisladores, por não tratarem diretamente do tema regulação, passam a estar sujeitos ao problema de assimetria de informações na relação com a agência reguladora.
- 32 O problema da assimetria de informações não integra o escopo da teoria da oferta de regulação.
- 33 Em uma relação de principal-agente, o agente delega a tarefa ao principal.
- 34 No modelo do principal-agente, o monitoramento das ações é possível a partir de esquemas bem definidos de incentivos.
- 35 No modelo do principal-agente, o contrato de incentivos leva à eficiência de um esquema de *first-best* (primeiro melhor).

A respeito das modalidades de regulação, julgue os itens seguintes.

- 36 A regulação por taxa interna de retorno reduz o incentivo ao aumento da eficiência por parte das firmas.
- 37 A regulação por preço-teto (*price cap*) reduz riscos e custos da ação regulatória.
- 38 A regulação por taxa de retorno é o modelo de monitoramento mais simples a ser adotado quando há variações significativas de custos e de demandas ao longo do tempo.
- 39 O processo de franquia permite a obtenção de tarifas ótimas mesmo quando a existência de *sunk costs* (custos irreversíveis) impede que os mercados sejam contestáveis.
- 40 O efeito Averch-Johnson estabelece que a regulação por taxa de retorno induz ao aumento da relação capital-trabalho.

Julgue os itens a seguir, com base no Regimento Interno da ANATEL.

- 41 As permissões e as autorizações para a exploração de serviços de telecomunicações são proferidas por meio de despachos decisórios emitidos pela ANATEL.
- 42 O órgão máximo da agência é a Presidência, à qual os demais setores estão hierarquicamente subordinados.
- 43 Nas reuniões do Conselho Diretor, abertas ao público, não se admite manifestação oral de outras pessoas além dos conselheiros.
- 44 A resolução e o acórdão são instrumentos deliberativos de competência exclusiva do Conselho Diretor.

Acerca dos procedimentos administrativos da ANATEL, julgue os itens subsequentes.

- 45 Por serem exclusivos, os procedimentos administrativos são desempenhados especificamente pela área designada no Regimento Interno.
- 46 A consulta pública e a interna têm as mesmas finalidades, mas se diferenciam quanto ao público consultado.
- 47 Havendo indício de vício de legalidade, não é necessária a provocação dos interessados para que seja iniciado o procedimento de anulação.
- 48 Os procedimentos administrativos correlacionam-se com as competências fixadas na Lei Geral de Telecomunicações.

Com relação ao processo regulatório e normativo da ANATEL, julgue os itens que se seguem.

- 49 A análise de impacto regulatório não supre a necessidade de realização de consulta pública como ferramenta de construção normativa.
- 50 É aconselhável que a análise de impacto regulatório seja utilizada como justificativa técnica para decisões tomadas pela agência.
- 51 É nulo o ato normativo não precedido de análise de impacto regulatório, em qualquer situação.
- 52 Na análise de impacto regulatório devem-se examinar e medir os benefícios e os custos de novas regulações ou das já existentes.

Julgue os próximos itens, relativos ao regulamento do Serviço Móvel Pessoal (SMP).

- 53 As prestadoras do SMP podem criar planos com preços e condições de adesão diferenciados, e ofertar serviços exclusivos a consumidores que demonstrem certa capacidade financeira.
- 54 Para se aferir a capacidade de carga do sistema e tornar o teste o mais real possível, as prestadoras poderão solicitar à ANATEL licença provisória para funcionamento de estação, sendo permitida a venda dos serviços a número fixo de assinantes que participarão dos testes.
- 55 A prestadora de SMP, tem o prazo de até cinco dias úteis para realizar operação de rescisão de contrato a partir da solicitação do usuário, salvo se existirem débitos do consumidor.
- 56 Os chamados planos “controle” são aqueles que combinam as características das modalidades de serviços pré-pago e pós-pago.
- 57 É facultado às prestadoras do SMP enviar mensagem de cunho publicitário à estação móvel do usuário, mesmo sem consentimento prévio.

Em relação ao Serviço de Acesso Condicionado (SeAC), julgue os itens seguintes.

- 58 Em caso de inviabilidade econômica comprovada, a ANATEL poderá determinar a não obrigatoriedade da distribuição de parte ou da totalidade dos canais de programação de distribuição obrigatória em todas as localidades servidas pela prestadora.
- 59 O número de autorizações para a prestação do SeAC pode ser limitado quando o excesso de competidores comprometer a qualidade da prestação do serviço.
- 60 As empresas de TV por assinatura oferecem seus serviços aos consumidores na forma de pacotes, que são também chamados de planos de serviços.
- 61 A impossibilidade de alterar o pacote de canais contratado bem como a disponibilização de determinados canais — como a TV Senado — sem ônus ou custos adicionais para o consumidor estão entre as obrigações de uma prestadora de SeAC.

Julgue os itens subsecutivos, acerca do regulamento do Serviço de Comunicação Multimídia (SCM).

- 62 A prestadora de SCM não poderá recusar a prestação de serviços em sua área de atuação e deverá prover os meios para o completo atendimento ao cliente, sob o risco de perda da autorização de operação.
- 63 As prestadoras de SCM têm direito ao uso de redes ou de elementos de redes de outras prestadoras de serviços de telecomunicações de interesse coletivo, sendo a remuneração pactuada entre as prestadoras.
- 64 A prestadora de SCM poderá oferecer benefícios aos seus assinantes e exigir, em contrapartida, fidelização por prazo mínimo, o qual não pode ser superior a doze meses.
- 65 No caso de interrupção do serviço, a prestadora deverá descontar da assinatura o valor proporcional ao tempo sem operação e comunicar à ANATEL os motivos que provocaram a interrupção do serviço e as ações implementadas para normalizá-lo.

Com relação ao regime único dos servidores públicos e ao quadro de pessoal da ANATEL, julgue os itens subsequentes.

- 66 O servidor poderá pleitear licença por motivo de doença em pessoa da família, caso essa pessoa doente seja seu enteado, viva às suas custas e conste como dependente em seu assentamento funcional, desde que haja comprovação por perícia médica oficial.
- 67 O servidor temporário contratado nos termos do art. 37, IX, da Constituição Federal de 1988 e os servidores empregados da administração direta e indireta de direito público integram o grupo de servidores estatais.
- 68 Se uma junta médica oficial declarar insubsistentes os motivos da aposentadoria por invalidez de um servidor, ele será reintegrado e retornará ao cargo anteriormente ocupado.
- 69 Há provimento derivado de cargo quando um servidor é removido ou quando ocorre a sua redistribuição.
- 70 De acordo com as normas em vigor, um servidor que for nomeado para um cargo em comissão de direção de assessoramento superior (DAS) nível 5 terá direito a auxílio-moradia.

Com relação a licitações e contratos administrativos, julgue os próximos itens.

- 71 Se um órgão da administração pública indireta federal pretender realizar determinada contratação de prestação de serviço, a licitação será dispensada, se ficar caracterizada a impossibilidade de competição.
- 72 O contrato de concessão poderá ser gratuito, mas será efetivado sob condição pela administração pública e terá de ser precedido de autorização legislativa.
- 73 A regra geral da obrigação de licitar é uma imposição constitucional.
- 74 A Lei Geral do Processo Administrativo (Lei n.º 9.784/1999) é aplicada subsidiariamente ao processo licitatório.
- 75 Será vedado o leilão de imóvel adquirido pela administração pública por dação em pagamento.

De acordo com a Lei n.º 9.784/1999, julgue os itens a seguir, a respeito do processo administrativo.

- 76 Embora o princípio da razoabilidade esteja contido em diversos dispositivos da Lei n.º 9.784/1999, e, por isso deva estar presente nas ações da administração pública, essa mesma lei elenca situações excepcionais em que a observância de tal princípio será facultativa.
- 77 O processo administrativo é uma realidade em todos os Poderes da República.
- 78 Processo designa tudo o que é necessário para alcançar o fim do procedimento.
- 79 O princípio do devido processo legal sempre incide no processo administrativo, seja qual for o objeto a que este se destine.
- 80 O processo administrativo deve ser formal, mas pode ser oral.

Espaço livre